BOLETIM CONJUNTO
ADUNESP/SINTUNESP

ADunesp
Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP

MARÇO 2006

neste momento

NÃO à incorporação da Famema e Famerp pela Unesp

■ ***Além da tratorada eleitoral, Alckmin quer resolver a irresponsável expansão anterior no mesmo índice da encampação das Faculdades de Medicina de Marília e de São José do Rio Preto.***

■ ***A comunidade acadêmica quer o direito de participar democraticamente do debate e pede garantias de recursos definitivos na cota parte do ICMS.***

■ ***CO tem responsabilidade histórica***

O relatório apresentado pela comissão indicada pelo CO para estudar a possível incorporação das Faculdades de Medicina de Marília (Famema) e de Rio Preto (Famerp) à Unesp foi bastante claro ao expor seu diagnóstico, preocupações e propostas. Ao contrário do que deseja o governador Geraldo Alckmin, ávido por extrair dividendos eleitorais para sua candidatura presidencial, o processo exige muito debate e, acima de tudo, a garantia de que haverá a contrapartida permanente de recursos por parte do governo estadual.

Financiamento: uma questão decisiva

A comissão do CO aponta 0,20% do ICMS como índice necessário para a manutenção da Famema e da Famerp.

Na minuta do governo, consta 0,35% para as três faculdades (há, ainda a Faenquil, a ser encampada pela USP), mas o índice seria repassado em doses homeopáticas de 0,05%, ao longo de cinco anos, quando a incorporação já estará consolidada. Vale ressaltar que, destes 0,35%, o governo está descontando 0,10% já concedido na LO/2006 para a USP Zona Leste e Limeira.

Outro grave problema é que o governo está incluindo nestes 0,35% (e isso fica claro em sua proposta de minuta) a expansão de vagas já realizada. Ou seja, além de propor um índice insatisfatório, Alckmin tenta resolver a sua irresponsável expansão (que foi arrasadora na Unesp) por meio das encampações atuais. É preciso frisar que incorporação de faculdades isoladas, que já são públicas, não é sinônimo de expansão. Assim, não dá para tratar duas coisas distintas – expansão e encampação – num mesmo bolo. Se assim for, ficaremos sem financiamento definitivo para a expansão e, nos próximos anos, sem a verba extra cota-parte do ICMS.

Além da definição de um valor adequado, que dê conta das necessidades da encampação, é preciso que o repasse esteja garantido em lei, coisa que o governo não parece disposto a fazer.

Outra questão central é que estamos trabalhando no campo das hipóteses, num momento eleitoral, e qualquer índice sugerido terá que passar pelo Conselho de Reitores. Ou seja, caberia ao Cruesp definir internamente quanto desse percentual seria destinado a cada universidade; historicamente, esse mecanismo não tem beneficiado a Unesp, como bem sabemos.

Cenário de incertezas

Um assunto de tamanha importância – como é a incorporação de duas novas e grandes unidades à atual estrutura da Unesp – não pode ser imposto à comunidade sem que antes o assunto seja democraticamente avaliado.

O amplo relatório elaborado pela comissão foi divulgado há pouco mais de um mês e, obviamente, não houve tempo para que o debate se estendesse. Poucas congregações analisaram o assunto até o momento. As que o fizeram, como é o caso de Araçatuba, Marília, Rio Claro e FC/

Bauru, afirmaram serem favoráveis à encampação somente após a garantia definitiva de verbas. No IA, reunião aberta da comunidade, no dia 10/3, definiu o mesmo posicionamento.

A questão financeira, embora decisiva, não é a única a inspirar cuidados. A comissão aponta problemas de várias naturezas, relativos à estrutura funcional, projeto acadêmico, estrutura das atividades de ensino/pesquisa/extensão, passivos trabalhistas e outros.

A tentativa de aprovar a encampação a toque de caixa traz grande preocupação à comunidade acadêmica e, acima de tudo, a desconfiança de que possa estar sendo usada para mais um golpe eleitoral do governador Alckmin. Esta, aliás, é uma intenção declarada publicamente pelo governo. Numa das reuniões da comissão, realizada em 11/8/2005, o deputado tucano Vaz de Lima disse textualmente: "A intenção do governo é que a incorporação seja concluída até o final do governo Alckmin, ou mesmo março de 2006, dependendo da desincompatibilização ou não do governador." (*anexo 9 do relatório final*).

A não ser que estejamos dispostos a reviver os tempos Trindade, cuja expansão eleitoreira e sem garantia de recursos nos traz graves conseqüências até hoje, é preciso agir com cautela.

Antes que se aprove a incorporação destas duas instituições – merecedoras de respeito por sua história e qualidade, sem dúvida alguma – é preciso abrir o debate à comunidade unespiana e exigir garantias por parte do governo.

Como bem aponta a comissão, muito precisa ser discutido e definido para que o processo seja benéfico para todos:

- De que maneira será feita a transposição do quadro de servidores e de docentes (que se organiza de forma diferente da Unesp)? E como ficam as aposentadorias?

- O prazo de quatro anos para a realização de concursos públicos, como propõe a minuta redigida pelo governo, é adequado? A comissão indicada pelo CO sugere 10 anos.

- Há garantia de que os precatórios trabalhistas não serão repassados à Unesp? Um deles bate na casa dos R$ 19 milhões!

- Outra questão preocupante é a indefinição sobre a negociação dos hospitais universitários, entre Cruesp e Secretaria Estadual da Saúde. Embora isso não esteja sendo considerado, pode ter sérias conseqüências do ponto de vista acadêmico-financeiro para a Unesp. A vinda de mais dois HU's à Universidade não é questão menor e nem pouco improvável.

O papel dos conselheiros do CO

A responsabilidade dos conselheiros do CO é muito grande. Paira sobre a instituição um clima de total insegurança e temor de que a história se repita e a irresponsabilidade da expansão feita na era Trindade seja a marca do processo de encampação da Famema e Famerp.

Com base em todas estas incertezas, não dá para nos posicionarmos neste momento. Nesse sentido, a Adunesp e o Sintunesp, como legítimos representantes dos docentes e servidores técnico-administrativos da instituição, propõem que nada seja aprovado na reunião do CO no dia 23/3/2006 e que haja tempo e condições para que a comunidade acadêmica faça o debate, em todas as instâncias possíveis.

✓ EXPANSÃO E ENCAMPAÇÃO COM QUALIDADE SÓ SÃO POSSÍVEIS COM GARANTIA PERMANENTE DE RECURSOS!

✓ EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE!